

Identificador: 1142-1394b4bad6420277f9afa197e1e3587b3ce37682

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1809/2025**

Nos termos do art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, **RATIFICO**, para que surta os efeitos legais, a **Inexigibilidade de Licitação** referente à **contratação do escritório João Azedo Sociedade de Advogados**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.500.356/0001-08, com sede na Av. Lindolfo Monteiro, nº 1425, Bairro Fátima, Teresina/PI, CEP 64049-440, para a prestação de **serviços jurídicos especializados**, com amplos poderes para dar continuidade ao processo judicial nº 0073925-87.2016.4.01.3400, visando à recuperação dos valores que deixaram de ser repassados tempestivamente ao Município de Chapadonha/MA, em razão da fixação a menor do Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA.

O valor dos honorários contratados é de **R\$ 0,12 (doze centavos)** para cada **R\$ 1,00 (um real)** efetivamente recuperado aos cofres municipais, conforme estipulado no Contrato Administrativo nº 149/2025, firmado entre as partes.

Publique-se o presente termo no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Chapadonha/MA, 30 de abril de 2025.

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO
Prefeita Municipal

Identificador: 1981-955657a755532a7fd601c28eabdc4a02e74bbcea

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1808/2025**

Nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a justificativa apresentada, **RATIFICO** a **inexigibilidade de licitação** destinada à contratação do escritório **GANDRA FILHO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 40.730.777/0001-26, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 1657, bairro Fabril, São Luís/MA, representado pelo advogado **Alan Fialho Gandra Filho**, OAB/MA nº 8.073, para prestação de **serviços jurídicos especializados**, com o objetivo de promover a recuperação de valores e créditos tributários, notadamente os relativos à regularização da retenção indevida de Imposto de Renda (IR) pela União aos cofres do Município de Chapadonha/MA.

Os serviços contratados serão remunerados mediante pagamento de **honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento)** sobre o montante efetivamente recuperado em favor do Município, conforme previsto no Contrato Administrativo nº 150/2025.

A inexigibilidade está devidamente instruída nos autos do Processo Administrativo nº 1808/2025, com parecer jurídico favorável e demais documentos que comprovam a notória especialização do contratado e a viabilidade da contratação direta.

Chapadonha/MA, 28 de abril de 2025.

MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO
Prefeita Municipal

Identificador: 1980-ba2fb1054e1fa2a903137f786a8c9ad3da6cce68

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 20 de março de 2025.

Chapadinha/MA, 20 de março de 2025.

Ezequias Douglas dos Santos Silva

Secretário Municipal de Assistência Social

Identificador: 1142-21d66dff25a8bcbf6df326bd706a3d858477b2c9

EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
1808/2025

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 150/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1808/2025**

Contratante: Município de Chapadinha/MA – CNPJ nº 06.117.709/0001-58; **Contratada:** Gandra Filho – Sociedade Individual de Advocacia – CNPJ nº 40.730.777/0001-26. **Objeto:** Prestação de serviços jurídicos técnico-especializados visando à recuperação de valores e créditos tributários, especialmente Imposto de Renda retido na fonte, em favor do Município de Chapadinha/MA. **Fundamento Legal:** Art. 74, inciso III, alínea “c”, § 3º da Lei nº 14.133/2021 – Inexigibilidade de Licitação. **Honorários:** 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivamente recuperado. Estimativa de recuperação: R\$ 25.547.930,49. **Vigência:** 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, por escopo. **Data da Assinatura:** 30 de abril de 2025. **Signatários:** Maria Ducilene Pontes Cordeiro – Prefeita Municipal; Alan Fialho Gandra Filho – OAB/MA nº 8.073. Chapadinha/MA, 14 de maio de 2025.

Identificador: 1142-2244142187ebbe8924e8ac0a435850e9f4998068

EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
1809/2025

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 149/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1809/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 149/2025**

CONTRATANTE: Município de Chapadinha/MA, CNPJ nº 06.117.709/0001-58. **CONTRATADA:** João Azedo Sociedade de Advogados, CNPJ nº 05.500.356/0001-08. **OBJETO:** Prestação de serviços jurídicos especializados, com amplos poderes para dar continuidade ao processo nº 0073925-87.2016.4.01.3400, visando à recuperação de valores não repassados ao Município em razão da fixação a menor do Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA. **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 74, inciso III, “c”, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021. **HONORÁRIOS:** R\$ 0,12 (doze centavos) para cada R\$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado aos cofres municipais. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, com extinção condicionada à conclusão do objeto. **SIGNATÁRIOS:** Maria Ducilene Pontes Cordeiro – Prefeita Municipal; João Ulisses de Britto Azêdo e Benner Roberto Ranzan de Britto – Representantes legais da contratada. **DATA DA ASSINATURA:** 06 de maio de 2025.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 150/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1808/2025**

Nos termos do Art. 74, inciso III, alínea "c", § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a justificativa apresentada, RATIFICO a inexigibilidade de licitação destinada à contratação do escritório **GANDRA FILHO – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 40.730.777/0001-26, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 1657, bairro Fabril, São Luís/MA, representado pelo advogado **Alan Fialho Gandra Filho**, OAB/MA nº 8.073, para prestação de serviços jurídicos especializados, com o objetivo de promover a recuperação de valores e créditos tributários, notadamente os relativos à regularização da retenção indevida de Imposto de Renda (IR) pela União aos cofres do Município de Chapadina/MA.

Os serviços contratados serão remunerados mediante pagamento de **honorários advocatícios no percentual de 20% (vinte por cento)** sobre o montante efetivamente recuperado em favor do Município, conforme previsto no Contrato Administrativo nº 150/2025.

A inexigibilidade está devidamente instruída nos autos do Processo Administrativo nº 1808/2025, com parecer jurídico favorável e demais documentos que comprovam a notória especialização do contratado e a viabilidade da contratação direta.

Chapadina/MA, 28 de abril de 2025.



MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO
Prefeita Municipal



**CONTRATO Nº 149/2025. PROC. ADM. Nº 1809/2025.
INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA.**

Pelo presente Instrumento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de Advocacia que entre si celebram de um lado **O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA - MA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o Nº 06.117.709/0001-58, com sede na Av. Presidente Vargas, 310 - Centro - Chapadinhá/MA - CEP 65500000, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo(a). Sr(a). Prefeito(a) **MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO**, e do outro o escritório **JOÃO AZEDO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, CNPJ nº 05.500.356/0001-08 com sede em Teresina/PI - Av. Lindolfo Monteiro, 1425, Fátima CEP: 64049 440, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. JOÃO ULISSES DE BRITTO AZÊDO, OAB/CE 29.278-A, OAB/PI 3.446 e OAB/MA 7.631-A e BENNER ROBERTO RANZAN DE BRITTO, OAB/MA 19.215 e OAB/PI 17.711, doravante denominado **CONTRATADA**, conforme as cláusulas e condições a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente ajuste encontra sucedâneo legal nas disposições insertas no Art. 74, inciso III, "c", § 3º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **CONTRATADA**, em face do presente instrumento contratual obriga-se a prestar serviços jurídicos especializados com amplos poderes para dar continuidade ao processo n.º 0073925-87.2016.4.01.3400 visando a recuperação dos valores que deixaram de ser repassados tempestivamente ao Município em razão da fixação a menor do Valor Mínimo Anual por Aluno – VMAA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL



O presente instrumento contratual foi autorizado pelo competente Processo Licitatório, instaurado na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, em estrita conformidade ao prescrito no Art. 74, III, "c", § 3º, da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DOS HONORÁRIOS

Em razão dos serviços descritos na CLAÚSULA PRIMEIRA, serão pagos ao CONTRATADO honorários advocatícios na proporção de R\$ 0,12 (doze centavos de real) para cada R\$ 1,00 (um real) recuperado aos Cofres Municipais.

§ 1º. Estima-se que o valor total de recuperação em favor do Município é de **R\$ R\$ 60.423.987,76 (Sessenta milhões, quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e oitenta e sete reais e setenta e seis centavos).**

§ 2º. Os valores mencionados no parágrafo anterior são meramente estimativos, restando sua fixação final a partir da fase de liquidação/cumprimento de sentença.

§ 3º. Os honorários serão adimplidos com verba própria do Município ou através de Juros de Mora decorrentes da expedição do Precatório, eis que, conforme entendimento do STF nos autos da ADPF 528, estes são desvinculados da destinação constitucional do crédito principal do FUNDEB.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) realizar os serviços previstos neste instrumento e acompanhá-los até final instância, efetivando, todas as providências processuais e/ou administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições aqui assumidas;
- b) manter sigilo em face de todas as informações e dados que tiver acesso relativos à **CONTRATANTE**;



- c) se for o caso, indicar terceiros idôneos para a realização de serviços que exijam habilitação legal específica e sob sua exclusiva responsabilidade;
- d) ainda, a informar todos os procedimentos necessários para a implementação das decisões que vieram a ser proferidas;
- e) remeter, trimestralmente, a requerimento da **CONTRATANTE**, relatório detalhado e atualizado das medidas interpostas e providências realizadas.
- f) Manter as condições de regularidade durante toda a vigência do contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Ao fornecimento, à **CONTRATADA**, de todos os documentos necessários e informações solicitadas por esta e indispensáveis para a execução dos serviços;

A **CONTRATANTE** obriga-se, no ato da assinatura deste Contrato, a outorgar instrumento de mandato com os poderes da cláusula *ad judicia*, habilitando a **CONTRATADA** para representá-la em juízo.

CLÁUSULA SÉTIMA – EXCLUSIVIDADE

Este Contrato não importa em exclusividade na prestação de serviços por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso haja descumprimento de qualquer das cláusulas elencadas neste instrumento, ou com esteio em qualquer das hipóteses prescritas nos Artigos 104 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O contrato será por escopo, e terá a vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por igual período, tendo,





contudo, a sua extinção operada somente com a conclusão do objeto e o seu recebimento pela administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente contrato obriga diretamente as partes e seus sucessores, aos quais serão transferidos os direitos e obrigações ora estipulados.

O presente Contrato poderá ser modificado, alterado ou aditado, através de documento escrito, devidamente subscrito pelas partes contratantes.

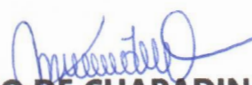
O presente contrato, com natureza de título executivo extrajudicial, nos termos dos arts. 781 e 784, inciso II do Código de Processo Civil, obriga as partes e também seus sucessores eletivos em todas as obrigações aqui assumidas.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Chapadinho/MA, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências que porventura venham a ocorrer em virtude do cumprimento do presente contrato, em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E por estarem assim justas e acordes, assinam as partes este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais e administrativos.

CHAPADINHA - MA, 06 de Maio de 2025.


MUNICÍPIO DE CHAPADINHA
MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO
PREFEITA MUNICIPAL

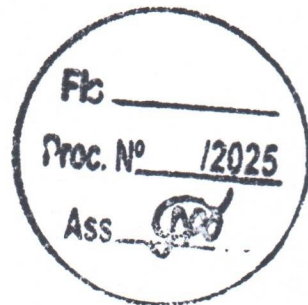


JOAO ULISSES DE BRITTO
AZEDO:80066720400

JOÃO ULISSES DE BRITTO AZEDO

OAB/CE 29.278-A, OAB/PI 3.446 e OAB/MA 7.631-A

Assinado de forma digital por JOAO ULISSES DE BRITTO
AZEDO:80066720400
DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3,
ou=Videoconferencia, ou=41338769000100, ou=AC SyngularID
Multipla, cn=JOAO ULISSES DE BRITTO AZEDO:80066720400 |
Dados: 2025.05.09 16:22:31 -03'00'



BENNER ROBERTO RANZAN DE BRITTO

OAB/MA 19.215 e OAB/PI 17.711
BENNER ROBERTO RANZAN DE BRITTO:04300193436

RANZAN DE

BRITTO:04300193436

v5, ou=20937130000162, ou=Presencial,
ou=Certificado PF A3, cn=BENNER ROBERTO
RANZAN DE BRITTO:04300193436
Dados: 2025.05.06 09:17:52 -03'00'

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF: